

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A CENTRALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE: O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO CEDRO/CE

Marcones da Silva Nascimento¹

Maria Aparecida dos Santos²

Resumo: A Assistência Social como política pública apresenta concepções e funções na sociedade capitalista, com variações a partir da construção sociohistórica em cada contexto espacial. Nos municípios de pequeno porte, a sua institucionalização enfrenta ainda os resquícios de uma ordem clientelista, fisiologista e patrimonialista e os efeitos da contrarrefoma do Estado brasileiro. No entanto, os esforços de reconfiguração para implantação e oferta de serviços e programas vinculados à Política Nacional de Assistência e ao Sistema Único de Assistência Social, têm como objetivo enfrentar minimamente, as refrações da questão social e as transformações estruturais do capitalismo em regiões periféricas. No município do Cedro, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos trabalha com os limites e possibilidades de uma política focalizada, seletiva e fragmentada, tenta fortalecer a rede socioassistencial e a intersetorialidade, reforçando a centralidade da assistência social como política integradora, investindo em espaços de aprendizagem lúdica para crianças e adolescentes territorialmente referenciados, o que supõe um processo de socialização comunitária e a adesão familiar a um determinado projeto de gestão social.

Palavras-chave: Questão Social, Assistência Social, Capitalismo

1. Sociabilidade capitalista, questão social e a refuncionalização da política de assistência social na contemporaneidade

A questão social é indissociável da sociedade capitalista, não só por seu caráter coletivo de expropriação da riqueza produzida, mas, porque é o amálgama de todas as expressões de desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento

¹ Graduando em Serviço Social pelo Instituto Federal do Ceará/IFCE-Iguatu. E-mail: marconesflautista@gmail.com.

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: aparecidas76@hotmail.com

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



contraditório das relações sociais, e de forma ampliada, no tempo do capital fetiche (IAMAMOTO, 2007). Também enseja várias arenas de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários e no mesmo movimento, uma população relativamente supérflua e não imediatamente passível de integração ao processo de acumulação do capital. No Brasil e em especial, nos municípios de pequeno e médio porte da Região Nordeste, onde uma superpopulação sobrance/excedente é usuária privilegiada de políticas compensatórias e programas de transferência de renda, a política de assistência, nas suas mais diversas ofertas, ainda que minimalistas, se torna não só a “porta de entrada” para outros acessos, mas, a política estruturadora da vida de milhões de famílias classificadas como pertencentes a um quinhão da pobreza absoluta ou relativa.

Essa multidão de famílias enquadradas como vulneráveis e sob risco social, tem sido trabalhada através da política de assistência social em especial, como expressão do esgarçamento do tecido social, ou seja, seus laços constitutivos estão sob ameaça de rompimento, ou há possibilidade de múltiplas situações de violação de direito e não exercício da sua “autonomia”. É nesse sentido que defender e potencializar um certo pertencimento territorial, comunitário e familiar, tem sido a “saída” conservadora encontrada para minimizar ou conter uma certa falta de “coesão social” ou “disfuncionalidade” da ordem social. PASTORINI (2007), chama a atenção que para manter o status quo, políticas de inserção, reparadoras e preventivas, vão dar o tom dos esforços para a construção de um Estado de serviços, com práticas diferenciadas, individualizadas e organizadas gerencialmente. As ações estarão voltadas para a maior eficiência com foco na socioeducação e nas atividades de fortalecimento de vínculos solidários baseados na cultura local.

Não se trata de trabalhar saídas estruturadas baseadas no trabalho assalariado, mas, ações pontuais no campo da qualificação, do empreendedorismo ou mesmo da aquisições de habilidades e competências para a convivência local. Há um entendimento tácito de que a política de assistência, ainda que emergencial e provisória, substitui em grande medida, o direito ao trabalho negado pela “crise da sociedade salarial”. A tendência é de contenção das expressões mais latentes provocadas pelos efeitos da crise de acumulação do capital, o que requer uma gestão mais humanizada e eficaz dos problemas sociais na sua órbita. Programas focalizados, descentralizados de combate à pobreza e à exclusão social, tendem a ser

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

ISSN: 2446-8126

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)



perpetuados, muitas vezes, refundando relações de dominação no campo das relações políticas locais.

Ainda que a criação do SUAS tenha fortalecido e organizado de fato as ações de assistência, principalmente, capilarizando suas ações nos milhares de municípios brasileiros, houve sem dúvida alguma, um processo de assistencialização da proteção social em detrimento do robustecimento de outras áreas setoriais que foram alvo de pressão privatizante, como a saúde e a previdência social. MOTA (2010), salienta que a clivagem entre as figuras do cidadão-consumidor e do cidadão-pobre, gera a ausência de uma concepção universal de proteção social e o conseqüente enfraquecimento da seguridade social brasileira. A assistência

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



social ao invés de ser apenas complementar e mediadora do processo de acesso a direitos mais universalizantes, repõe a lógica de ampliação das ações compensatórias de inserção e do atendimento imediato das necessidades da população como mecanismo de integração precária e subalternizada ao mercado consumidor e ao pertencimento a uma vida social minimamente digna.

É nesse sentido que as ações desenvolvidas no cotidiano dos equipamentos públicos podem se configurar nova estratégia de dominação política, tendo o direito à assistência social como trampolim para a construção de novas hegemonias políticas e difusão de um novo tipo de reforma social e moral que remonta a antigas práticas autoritárias de mandonismo local, troca de favores e passivização da questão social. Ao mesmo tempo, na impossibilidade de real enfrentamento das crescentes desigualdades sociais regionais, há um processo de despolitização das contradições emergentes em contextos espaciais particulares e de baixa articulação das demandas colocados pelos indivíduos e suas famílias.

A persistência de um baixo padrão de atendimento operativo das requisições relativas às populações locais, leva os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializado de Assistência Social), a filtrar as necessidades sociais de proteção, dando ênfase ao que SITCOVSKY (2010) chamou de “processos de desresponsabilização do Estado e de socialização dos custos e da execução das políticas sociais”. A proteção social territorializada espacial e operativamente, busca prestar contingencialmente, serviços que disseminam ideais de participação como os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, racionalizando o atendimento através de um padrão condicional de intervenção na esfera da vida social cotidiana, na socialização de crianças, adolescentes, idosos, gestantes e outros grupos considerados alvos potenciais do trabalho social com famílias.

Muito se tem debatido que a política de assistência social atual, reforça o “familismo”, ou seja, a concepção tradicional de família, responsabilizando as mulheres pela frequência dos filhos nos equipamentos sociais e ao cuidado intensivo dos membros familiares e apesar de serem voltadas a reduzir a pobreza prioritariamente em famílias com crianças e

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



adolescentes são insuficientes e incapazes de intervir nas disparidades das relações de gênero. Assim, é que a despeito da preocupação técnica com a execução do trabalho realizado nos equipamentos, se observa que a “matricialidade sociofamiliar” propugnada pela política como princípio e eixo estruturador, pode escamotear relações hierárquicas e assujeitadoras do trabalho doméstico não pago. A perspectiva normatizadora e disciplinadora de muitas atividades desenvolvidas no âmbito dos equipamentos já mencionados, também pode levar à inibição de processos de emancipação.

Embora a implantação e desenvolvimento do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em relação ao caráter assistencialista, benemerente e filantrópico da longa tradição de atendimento às refrações da questão social derivadas da formação sociohistórica brasileira, tenha sido um enorme avanço na criação de um aparato institucional significativo, sua universalização do ponto de vista do marco legal, não escamoteia sua aguda focalização em direção aos mais pobres, inclusive, produzindo um paradigma reatualizado da questão social reduzida à pobreza e à ausência de capacidades e oportunidades.

A definição clara de competências, atribuições, fontes e formas de financiamento nas três esferas de governo com a Política Nacional de Assistência Social, a partir de 2004, fortaleceu em grande medida, a capacidade de proteção de milhões de famílias, embora o enfoque seja a conquista apenas do potencial para aquisições materiais, relacionais, educacionais, de renda e culturais, o que de fato não garante nem continuidade das ações governamentais e muito menos, sua oferta com qualidade. A dimensão considerada prioritária é de desenvolvimento das capacidades individuais para conduzir uma vida onde as necessidades básicas possam ser supridas, com enfoque no processo de desenvolvimento no indivíduo e não em suas condições estruturais. Aqui o desenvolvimento de capacidades visa garantir “empoderamento”, “protagonismo”, a fim de que meritocraticamente o indivíduo possa galgar processos de mobilidade social através da educação formal, profissionalização e organização de competências sociais.

Para MAURIEL (2010), há um intenso pragmatismo na execução das atividades atinentes aos serviços prestados na proteção social brasileira. E os sistemas classificatórios e

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



de registros criados para operacionalizar a política, produzem na verdade, uma ferramenta real de controle dos pobres, levando a exigências cada vez maiores de aprimoramento técnico e institucional, o que resulta em larga escala, na desmobilização de atores políticos relevantes na luta por direitos.

Para uma amostra de uma realidade específica de execução da política de proteção social básica, operacionalizada em âmbito local, apresentamos a seguir, um breve relato das experiências nas oficinas musicais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos CRAS do Cedro no Ceará, município de pequeno porte, com uma população de pouco mais de 20.000 habitantes, com gestão básica da política de Assistência Social e com uma economia pouco dinâmica baseada na agropecuária e nos serviços.

2. Relatos da experiência de aprendizagem dos usuários das oficinas de faluta doce do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos no CRAS do Cedro/Ce

O Município de Cedro, conta atualmente com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – (CREAS) e dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e a sede administrativa da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STAS), Na sede da secretaria, encontram-se os seguintes o Cadastro Único, Célula de Empreendedorismo e o Programa Primeira Infância.

O CRAS I, situado na rua Joaquim Ferreira da Silva – Bairro de Fátima, atende territorialmente os seguintes bairros: Centro, Fátima, Prado, Vila Operária, Jardim Afonso Celso e Alto da Floresta. Além de alguns distritos: Lagedo, Várzea da Conceição, Candeias e Ubaldinho. O CRAS II, situado na rua General Tibúrcio – Centro, atende territorialmente os seguintes bairros: Cedro I e II, Açude Novo, Alto do Padeiro, Caldeirão, Pedra Avoante, Divisão, e também os seguintes distritos: Santo Antônio, Assunção e Caiana.

Ambos equipamentos ofertam os mesmos serviços: acolhida às famílias, informação e orientação sobre a unidade, busca da inserção nos serviços socioassistenciais,

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



encaminhamento a outros serviços e políticas ofertadas pelo município, busca pela promoção de acesso à renda por meio de cursos e oficinas de capacitação, acompanhamento sócio familiar, atendimento psicológico, visitas domiciliares, e atividades com grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Este trabalho tem por objetivo expor a experiência das oficinas de flauta doce no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Município de Cedro. A possibilidade dessa experiência se deu através de seleção temporária junto à Prefeitura Municipal de Cedro. Ao todo estão sendo acompanhadas sete turmas divididas em dois turnos, manhã e tarde sendo separadas pelas seguintes idades: 4 a 7, 8 a 12 e 13 a 17 anos.

Um dos objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é desenvolver atividades de lazer, culturais, esportivas, dentre outras, tudo de acordo com as faixas etárias dos usuários buscando estimular nos mesmos, o desenvolvimento nas trocas de vivências. Esse serviço pode ser oferecido dentro do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, mas no caso do município do Cedro, o mesmo funciona numa estrutura fora dos equipamentos CRAS I e II, por conta do município não dispor de uma estrutura qualificada dentro dos centros de referência, que possam acolher todos de forma adequada. De certa forma, essa situação acaba por criar nos usuários e nas suas respectivas famílias uma ideia de que o SCFV é um equipamento separado dos demais e que funciona de forma autônoma.

Quando na verdade o SCFV é oferecido de maneira complementar às atividades realizadas com as famílias pelas equipes que compõem o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF, e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI. Essa realidade deslocada acaba por afastar as crianças e os adolescentes das equipes de profissionais que acompanham suas famílias, dificultando a comunicação entre os profissionais que compõem o quadro de funcionários do CRAS I e II, e colocando o Serviço de Convivência, sob uma coordenação que em regime de orientação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, não deve existir.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Dentre as atividades ofertadas pelo SCFV (orientação social, dança, capoeira, karatê e oficina de flauta doce) situamos a oficina de flauta doce como um momento propício para o desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes. Assim, as oficinas tem por duração uma hora em cada faixa etária, divididas no calendário que está direcionado de segundas às quartas-feiras e a quinta-feira pela manhã destinada ao momento da equipe de profissionais sentar e planejar as atividades semanais, sendo a sexta-feira para momentos de ensaios artísticos com crianças e adolescentes que desejam aprimorar suas práticas musicais ou nas demais oficinas ofertadas. A dificuldade inicial encontrada no SCFV está ligada à estrutura física do espaço, salas com acústicas não recomendáveis, infiltrações de águas nas paredes e falta de uma iluminação adequada para um bom aprendizado.

O prédio é dividido da seguinte forma: sala da coordenação, almoxarifado cozinha, e as salas das turmas de 4 a 7, 8 a 12, e 13 a 17 anos, e banheiro masculino e feminino, dispõe também de um ginásio para as atividades esportivas, porém este fica a dois quarteirões do prédio do SCFV fazendo com que os orientadores e oficinairos que desejam utilizar o espaço tenham que se deslocar com os usuários.

A realidade sobre a qual operam as oficinas de flauta doce necessitam de uma análise minuciosa. Na etapa inicial observou-se a necessidade de aquisição de mais instrumentos musicais, tendo em vista o crescente número de usuários, logo, foi solicitado junto à gestão uma série de instrumentos e equipamentos que pudessem auxiliar nas necessidades da oficina, porém por falta de orçamento suficiente, só puderam ser adquiridas algumas flautas doces. O prédio dispõe de internet para os funcionários realizarem suas atividades, porém não há notebook ou computador, sendo caso haja alguma necessidade, recorre-se ao uso de equipamentos próprios. O uso do data show se dá por meio de agendamento, pois, é o único aparelho que a secretaria dispõe tendo este que ser compartilhado com o CRAS I e II, CREAS e STAS, e até mesmo com outras secretarias do município.

No que se refere aos materiais próprios para a aplicação da oficina dispõe-se apenas do uso de flautas doces, sendo um número bem reduzido em relação aos usuários, acabando por vezes tendo que dividir as salas em dois grupos um com instrumento e outros sem, efetuando revezamentos. De início, a experiência das primeiras oficinas foram direcionadas a

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



apresentar a flauta doce, sua origem, seus elementos, e de como esse instrumento pode ser útil no sentido de servir como base para um aprimoramento musical. Outros pontos importantes foram as estruturas elementares da música: melodia, harmonia e ritmo. Seguindo as demais oficinas com orientações sobre a postura corporal e os pontos de apoio na flauta doce o polegar direito, polegar esquerdo e boca. O que resultou em perceber que muitos usuários entre todas as faixas etárias tem dificuldade em distinguir direita e esquerda e o nome dos dedos.

Com a introdução das primeiras notas SI, LÁ e SOL notou-se que muitos usuários em especial da turma de 4 a 7 anos e 8 a 12 anos não conhecem as vogais e as consoantes. Assim, encontrou-se bastante dificuldades em repassar o conteúdo musical, tendo em vista que para o ensino e aprendizagem da música, o aluno necessita saber mesmo que minimamente dominar a leitura. No ensino e aprendizagem de flauta doce é prático se utilizar as canções folclóricas dentre elas destaca-se “Asa Branca” de Luiz Gonzaga que seguem uma sequência de notas fáceis, e a música “Mary Tinha um Carneirinho”, que na aplicação era estranhada por muitos usuários. A turma de 4 a 7 anos sinalizou uma dificuldade maior para o aprendizado da flauta doce, haja vista que esses usuários ainda estão em um processo de alfabetização, o que coloca a oficina a utilizar desenhos para colorir, vídeos musicais e dinâmicas em grupo como sendo “minimizadoras” para não se perder o foco musical. Na turma de 8 a 12 anos já se encontra de fato um público que acolhe bem a teoria musical e que há destaque para vários usuários com intuito de aprender a tocar o instrumento de maneira que os ensaios extras tem uma maior participação dos jovens dessa faixa etária. A turma de 13 a 17 anos apresenta-se como uma turma que busca o tempo todo se autoafirmar, são constantes os palavrões, as ofensas dirigidas um ao outro e até mesmo a utilização de gírias preconceituosas e discriminatórias. Esses adolescentes constantemente fazem o uso de celulares e suas conversas com os demais usuários do grupo, possuem a expressão reiterada de temas acerca de suas sexualidades.

No que se refere à música, não acolhem as canções folclóricas, pelo contrário, afirmam o total desconhecimento e a todo momento estão a ouvir nos corredores funks. Há um trabalho sendo desenvolvido por parte da equipe em apresentar outros estilos musicais

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



para esses adolescentes. É o que tem feito a oficina de dança mudar o seu direcionamento. Na oficina de flauta doce é nítida a oscilação no interesse e na motivação em aprender o conteúdo. Há incidência aí na assiduidade por parte de alguns usuários. Com base nessa observação é importante situar que esse desinteresse se dá pelo fato de que o calendário semanal inclui muitas atividades, dentre elas as esportivas que acabam cansando as crianças e os adolescentes que ao chegarem em sala para realizar uma atividade musical, encontram dificuldades para se acalmar e efetuar os exercícios de respiração.

Em meio a tudo isso busca-se aprimorar as atividades e tentar ao máximo aproximá-las as realidades expostas pelos usuários. No entanto, seria necessário uma articulação maior entre o usuário, a família, e os equipamentos socioassistenciais como também um acompanhamento maior por parte das políticas de educação, cultura, lazer, esporte e saúde para um atendimento mais integrado e intersetorial. Se essa teia de políticas que o município oferta, fosse bem articulada, quiçá os resultados poderiam ser qualitativamente melhores. Observou-se que na mudança da gestão da STAS, há uma preocupação maior em aproximar as realidades dos SCFVe CRAS, fazendo com que a equipe de profissionais esteja diariamente acompanhando as turmas dentro do equipamento.

No que concerne à equipe interna de profissionais do SCFV, é constante verificar no discurso diário de uma parte significativa, uma moralização e culpabilização dos indivíduos pela sua realidade social. Segundo relatos observados diariamente, a resistência à participação nas atividades se daria por conta da família obrigar o usuário a frequentar as atividades ofertadas. Capta-se dessa experiência, vários elementos no debate cotidiano dos profissionais, dentre eles, o fato de que os cargos derivados de acordos políticos resultarem na alocação de indivíduos desqualificados e sem nenhum comprometimento com o trabalho social com as famílias e indivíduos dos territórios de abrangência dos equipamentos.

Houve por parte da STAS uma preocupação em qualificar todos os profissionais: desde os auxiliares de serviços gerais aos cargos administrativos. Essa preocupação foi derivada do fato de que muitos profissionais exigirem qualificação/capacitação permanente no intuito de melhor atender aos usuários porém, o discurso de boa parcela dos profissionais dos equipamentos é que esta qualificação oferecida, se encontra num nível de uma linguagem

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



altamente inacessível que não chega à realidade dos agentes, e que não é específica para cada cargo. É observável a insatisfação por parte de muitos profissionais que trabalham na política de assistência e a falta de um compromisso ético com a responsabilidade assumida.

Identifica-se uma gestão de secretaria propositiva e aberta ao diálogo e que em seus trabalhos diários, buscam estar inseridos nas atividades e ao máximo responder às demandas dos equipamentos, porém o planejamento orçamentário em face aos cortes vivenciados na atual gestão, dificultam as aquisições de alguns materiais para melhor qualificar as atividades desenvolvidas. Portanto, em meio a essa realidade há uma busca constante em estimular e ampliar as ideias musicais nas crianças e adolescentes, propondo conversas em grupo, avaliação das oficinas, e apresentação das demandas dos usuários nos planejamentos das equipes institucionais. Situando essas dificuldades e avanços, se tem o desenvolvimento de alguns usuários que participam das atividades e colocam suas dificuldades no processo de aprendizagem. É possível observar também, o clima de responsabilidade na busca por aprender mais, porém, o número de interessados é reduzido e isto nos faz pensar como podemos chegar até essas realidades e transformá-las, ou de como estamos fazendo acontecer a execução da Política Nacional de Assistência Social no município do Cedro.

3. Considerações Finais

As tendências da política de Assistência Social na implantação do SUAS nos municípios de pequeno porte, como o de Cedro no Ceará, traz as particularidades de um contexto de baixa profissionalização e de tentativa e erro na condução das atividades rotineiras. A precariedade na execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos traz em seu bojo, a materialização de uma política extremamente seletiva e com baixo investimento público, reverberando a onda neoliberal e privatista do Estado brasileiro. No entanto, as contradições de sua gestão e operacionalização, transformam as relações tradicionais da política brasileira, em particular, a nordestina, quando há exigências quanto ao aprimoramento qualitativo do que é ofertado e o cumprimento de metas quantitativas, o que leva não só a uma aprendizagem prática dos atores sociais envolvidos na sua execução,

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



quanto abre a discussão no município sobre os processos de decisão sobre orçamento público e descentralização política.

4. Referências Bibliográficas

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo, Cortez Editora, 2007.

MAURIEL, Ana Paula. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 173-180 jul./dez. 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **A Centralidade da Assistência Social na Seguridade Social Brasileira nos Anos 2000.** In _____. O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____ et al. **As tendências da política de assistência social, o SUAS e a formação profissional.** In _____. O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate.** São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SITCOVSKY, Marcelo. **Particularidades da expressão da assistência Social no Brasil.** O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2010.